EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 586/2026
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados realizará a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, objetivando o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 7.900/2026 e da Lei Municipal nº 5.383/2023.

A sessão pública virtual do Pregão Eletrônico será conduzida pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 61.283, de 07 de março de 2024, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos e, em estrita observância aos ditames legais vigentes, que regem as contratações públicas.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública do pregão será realizada no site www.portaldecompraspublicas no dia **04 de dezembro de 2026, com início às 08h30min**, horário de Brasília-DF. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito, até as **08h29min** do mesmo dia da sessão.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA:ABERTO
LICITAÇÃO DESTINADA A PARTICIPAÇÃO **PREFERENCIALMENTE DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das

diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.

2. DA CONDIÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes que:

2.1.1. desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;

2.1.2. atendam às exigências constantes neste edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;

2.1.3. estejam devidamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.3.1. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.2. Constituem impedimentos à participação na presente licitação:

2.2.1. a suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Campo Bom, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;

2.2.2. atuar em ramo divergente de atividade da qual se relaciona o objeto deste certame;

2.2.3. ter sido declarada como inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições da declaração;

2.2.4. estar em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.5 e 2.2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.2.5 e 2.2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto

executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A vedação de que trata o item 2.2.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá efetuar seu credenciamento junto ao órgão provedor, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo estar apto para participar e formular lances, por meio eletrônico.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Campo Bom, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na

forma eletrônica.

3.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.11. O modo de disputa adotado para este procedimento será o “Aberto”, na forma do artigo 56, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Na proposta deverá ser indicado o preço unitário/total, conforme o caso exigir, com os valores expressos em algarismos e por extenso, sendo de total responsabilidade da licitante os preços ofertados.

5.1.2. A proposta deverá referir claramente, por item, a MARCA/TIPO/MODELO e FABRICANTE/FORNECEDOR (sempre que for o caso) do produto ofertado (sendo admitida a apresentação de apenas uma marca por item), valor unitário e o preço líquido pretendido pelo conjunto de unidades da mesma espécie, entendendo-se como preço líquido, o preço de venda ao consumidor, já computados todos e quaisquer descontos especiais que possam ser oferecidos;

5.1.2.1. A apresentação de duas ou mais MARCAS/TIPOS/MODELOS para o produto ofertado no item, acarretará a desclassificação imediata e automática da proposta.

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.4. As propostas que eventualmente contemplem objetos que não correspondam às especificações contidas neste Edital, serão desconsideradas.

5.5. O prazo da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública.

5.6. O preço global/total, conforme o caso, deverá incluir todas as despesas com materiais, mão de obra, leis sociais, impostos, taxas, transporte, estadia, emolumentos, cópias etc., que possam incidir na execução dos serviços e/ou fornecimento do produto/objeto do presente certame.

5.7. A apresentação de proposta será considerada como evidência de que o proponente examinou criteriosamente o conteúdo do edital e seus anexos e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

6. DO PROCEDIMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

6.7. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.9. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a etapa de negociação com o(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10.2. O prazo da negociação será definido a critério do pregoeiro, não sendo inferior a 10 (dez) minutos.

6.11. O licitante, classificado em primeiro lugar, após a negociação com o pregoeiro, deverá, no prazo de duas horas, anexar no sistema eletrônico a proposta atualizada, adequada ao último lance proposto, bem como os documentos de habilitação, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Quando em determinado item, não houver sucessão de lances e, não haver negociação de novo valor com o pregoeiro ou ainda por qualquer outro motivo não houver alteração no valor proposto originário, quando do cadastro da proposta, não haverá a necessidade de envio de nova proposta, conforme exige o item 6.11.

6.11.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item 6.11, a partir da solicitação fundamentada, feita no chat, pelo licitante, antes do fim do prazo.

6.12. Encerrada a etapa de negociação, recebida a proposta atualizada (quando for o caso), o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto (catálogos e descrições técnicas, quando exigidos) e, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. Em ato contínuo, verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

6.13. O Pregoeiro antes da habilitação do licitante procederá consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis) quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.14. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste edital.

6.15. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.16. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.16.1. contiver vícios insanáveis;

6.16.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.16.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.16.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.16.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.17. Por se tratar de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.18. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.17, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.18.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

6.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.20. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.24. Em se tratando de registro de preços, deverá o pregoeiro realizar a consulta se os demais classificados aceitam integrar o cadastro de reservas, nos mesmos preços ofertados pelo licitante vencedor, fazendo constar em ata.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação e participação do pleito, o licitante declarado vencedor, deverá encaminhar por meio do sistema, juntamente com a proposta atualizada, os seguintes documentos de habilitação:

7.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

7.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.1.2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.1.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.1.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.2.2. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

7.1.2.3. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;

7.1.2.4. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;

7.1.2.5. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante.

7.1.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

7.1.3. Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

7.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

7.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, transcrito no Livro Diário, registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário. É vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir.

7.1.3.2.1. O MEI fica dispensado da apresentação do balanço (CC, art. 1.179 §2º).

7.1.3.3. A verificação da situação financeira será avaliada por uma das seguintes formas:

7.1.3.3.1. O MEI fica dispensado da apresentação (CC, art. 1.179 §2º).

7.1.3.3.1. Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:

LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)

LC = (AC / PC)

ET = (PC + ELP) / (AT)

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
Os valores mínimos para tais indicadores são:
LG > ou = 1,00 (um inteiro)
LC > ou = 1,00 (um inteiro)
ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)

7.1.3.3.1.1. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço, contendo também no mesmo uma declaração, sob as penas cabíveis, de que o cálculo apresentado atende integralmente as exigências do Edital. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado.

7.1.3.3.1.2. A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

7.1.3.3.1.3. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

OU

7.1.3.3.2. Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, na proporção de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.1.3.4. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

7.1.3.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.1.3.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.1.3.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.1.3.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins

de habilitação e classificação.

7.1.4. Capacidade Técnica:

7.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto compatível com o licitado e atestando o bom desempenho do fornecimento.

7.1.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.1.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.1.5. Documentação complementar:

7.1.5.1. Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo III, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei.

7.1.5.2. Declaração de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, conforme Anexo IX.

7.1.5.3. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme modelo apresentado no Anexo VI.

7.1.5.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo apresentado no Anexo VII.

7.1.5.5. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo apresentado no Anexo IV.

7.1.5.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na

condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição, conforme modelo apresentado no ANEXO X.

7.1.5.7. Declaração de que não emprega servidor público municipal, observando as condições que possam constituir conflito de interesse, nos termos do artigo 9º da Lei 14.133/2021, conforme modelo apresentado no Anexo XI.

7.2. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser enviados eletronicamente, em campo próprio via sistema.

7.3. A documentação que faz prova da regularidade fiscal poderá ser apresentada mediante documentos extraídos via Internet, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade, pelo acesso ao site do Órgão que os expediu.

7.4. As certidões que não tenham prazo de validade expresso terão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

7.5. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades será inabilitada.

7.5.1. A inabilitação de que trata o subitem 7.5 não será automática, facultando-se ao pregoeiro a instauração de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações apresentadas, quando a irregularidade for sanável e restar evidenciada a boa fé da proponente, nos termo do §1º do art.64 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tiver interesse na utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverá apresentar declaração de enquadramento, nos termos do Anexo V ou Certidão da Junta Comercial.

7.7. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, previstos neste edital, em sendo declarada vencedora, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da declaração, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa.

7.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.9. A não regularização da documentação, no prazo fixado implicará na decadência do

direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverá ser realizada por forma eletrônica, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, devidamente registrados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.

8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro estarão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas.

9. DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo licitante, quando aberto prazo de 10 minutos para intenção de recurso pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, **ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.**

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br .

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

10.3. A homologação não implica em direito à contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE COMPROMISSO

11.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo II, com o(s) fornecedor(es) melhores classificados, indicando os preços e produtos a serem registrados.

11.2. A(s) licitante(s) convocada(s) para, no prazo de até 03(três) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar (em) a Ata de Registro de Preços. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa devidamente aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo Representante legal das licitantes.

11.4. A Ata de Registro de Preços destina-se a subsidiar o acompanhamento de preços.

11.5. Na Ata de Registro de Preços contarão as hipóteses de revisão de preços, do cancelamento do registro, entre outros aspectos referentes à contratação do objeto registrado.

11.6. A Ata de Registro de Preços poderá ter sua vigência prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, será admitida a renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

11.6.1.1. Comprovação da vantajosidade dos preços registrados, com base em análise de mercado atualizada;

11.6.1.2. Previsão de possibilidade de renovação do quantitativo no planejamento da contratação; e

11.6.1.3. Formalização da prorrogação da ata dentro do prazo de sua vigência original.

11.7. Na Ata de Registro de Preços contarão as hipóteses de revisão de preços, do cancelamento do registro, entre outros aspectos referentes à contratação do objeto registrado.

11.8. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame será de uso exclusivo do Município de Campo Bom/RS, na condição de Órgão Gerenciador e Único Contratante.

12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O pagamento será realizado em até 30 dias (trinta) após o recebimento da nota fiscal, devidamente visada pelo Serviço de Fiscalização de cada Secretaria pertinente, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal.

12.2. Os demais dispositivos disciplinadores do pagamento constam no Anexo II – Ata de Registro de Preços.

12.3. As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2026 e 2027, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

12.4. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

13. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. A fiscalização do objeto e o recebimento estão disciplinados nos dispositivos constantes no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo II – Ata de Registro de Preços.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;

f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4. A multa sancionatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

14.3. Multa:

a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida

administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Qualquer licitante poderá solicitar vistas relativamente ao processo em questão, no Setor de Licitações do Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Independência, nº 800 - Centro - Campo Bom/RS, entre as 12h30min e 18h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min nas sextas-feiras ou através do telefone (51)3598-8690 ou ainda através do site www.campobom.rs.gov.br e endereço eletrônico licitacoes@campobom.rs.gov.br

15.2. O Pregoeiro e Equipe de Apoio, no interesse da Administração, poderão relevar omissões puramente formais observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento e fiquem atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

15.3. Na divergência de valores expressos entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos; entre preços unitários e totais, os primeiros.

15.4. O Pregoeiro e Equipe de Apoio ou ainda a autoridade superior poderá valer-se de pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

15.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do Município e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.6. No caso de alteração neste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.7. Em caso de eventual divergência entre as disposições constantes dos documentos

que integram a fase preparatória da presente licitação — tais como o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Minuta de Contrato ou demais anexos— e aquelas previstas neste Edital, prevalecerão sempre as disposições estabelecidas no Edital, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.

15.8. São anexos deste Edital:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II-A – Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo II-B – Minuta de Contrato;
Anexo III – Modelo de declaração de negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público;
Anexo IV – Declaração da Proposta Econômica;
Anexo V – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
Anexo VI – Modelo de Declaração Requisitos de Habilitação;
Anexo VII – Modelo de Declaração Reserva de Cargos;
Anexo VIII – Modelo de Proposta de Preços;
Anexo IX – Modelo de Declaração de Cumprimento da LGPD;
Anexo X – Modelo de Declaração do art. 7º, XXXIII da CF;
Anexo XI – Modelo de Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal no Quadro de Pessoal da Empresa Licitante.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação, da Ata de Registro de Preços e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Giovani Batista Feltes
Prefeito Municipal

Sabrina Diana Geib
Assessora Jurídica Municipal
OAB/RS 8.725

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Liquidificador, 1400W, 3L, Chumbo, 220v, Preto. 15 Velocidades + Função Ice + Função Pulsar + Função Autolimpeza; Sobretampa dosadora tipo xícara; 6 lâminas; Copo de plástico com capacidade total 3,0L; Capacidade útil de 2,0l; Tampa com alça na lateral para retirada; Base antiderrapante; Embutidor de Cordão; Potência de 1400W. Garantia 1 ano.	UN	22
02	Batedeira Planetaria com potência mínima de 600 w, capacidade de tigela de mínimo 4 litros, 12 velocidades, 220 v ou bivolt, 12 meses de garantia.	UN	16
03	PROCESSADOR DE ALIMENTOS ELÉTRICO 220 V Processamento de até 250kg/h, motor de indução industrial 550W, boca ampla de aproximadamente 139 cm2, abertura cilíndrica de 58mm de diâmetro, empurrador de 39mm, compatível com discos para cortar, fatiar, ralar, julianas, cubos, batata frita e purês; sistema de ejeção lateral; material inox AISI 304. Dimensão aproximada 35 x 65 x 35 (Lx A x P). Garantia de 1 ano	UN	10
04	Máquina de lavar roupa automática, com capacidade mínima para 10kg , nova de fabricação nacional, mínimo de 10 programas de lavagem, filtro pega fiapos, pés reguláveis e antiderrapante, classificação energética A, 220 v.	UN	06

05	PASSADOR DE MACARRÃO HOTEL 45 CM - feito todo de alumínio, com bordas laterais dobradas e alças para firmeza e segurança no uso. Medidas aproximadas: altura 17cm, capacidade de 22l e diâmetro de 45cm.	UN	49
06	BUFFET TÉRMICO INFANTIL COM 6 CUBAS - 220V. Buffet térmico para a oferta da alimentação escolar dos alunos da educação infantil. Confeccionado em AÇO INOXIDÁVEL. Pés cromados confeccionados com tubo inteiro, totalmente livre de solda na sua base, os pés devem conter rodízios com trava para evitar o deslocamento do equipamento durante o uso. Cobertura de vidro curvo inteiro de 4mm, proporcionando visibilidade e higiene. Deve conter 6 cubas com tampas confeccionadas em aço inoxidável, modelo ½. Deve conter corre prato que pode ser removível e acoplado no sistema de mão francesa. Temperatura de aquecimento controlada através de termostato de 20°C a 80°C. Tensão 220V. Dimensões: altura: rebaixada para alunos de educação infantil, até 6 anos de idade; Medidas aproximadas: largura sem o corre prato: 609mm; largura com corre prato: 1065mm, profundidade: 1080mm.	UN	20
07	BUFFET TÉRMICO ADULTO COM 6 CUBAS - 220V. Buffet térmico para a oferta da alimentação escolar dos alunos do ensino fundamental. Confeccionado em AÇO INOXIDÁVEL. Pés cromados confeccionados com tubo inteiro, totalmente livre de solda na sua base, os pés devem conter rodízios com trava para evitar o deslocamento do equipamento durante o uso. Cobertura de vidro curvo inteiro de 4mm, proporcionando visibilidade e higiene. Deve conter 6 cubas com tampas confeccionadas em aço inoxidável, modelo ½. Deve conter	UN	20

	corre prato que pode ser removível e acoplado no sistema de mão-francesa. Temperatura de aquecimento controlada através de termostato de 20°C a 80°C. Tensão 220V. Dimensões aproximadas: altura: 1355mm; largura sem corre prato: 609mm; **largura com corre prato: 1065mm, profundidade: 1080mm.**		
08	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 06 LITROS - 220V. Copo Monobloco Inox, Potência do motor: 0,5 CV, Rotação: 3.500 rpm, Potência nominal:665 W. Tensão elétrica / frequência / fases: 220 V / 60 Hz / 1. Dimensões aproximadas de 720mm x 310mm x 300mm (AxLxP). Garantia de 6 meses.	UN	38
09	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 08 LITROS - 220V. Basculante Cavalete e Copo Monobloco Inox, Potência do motor: 0,5 CV, Rotação: 3.500 rpm, Potência nominal: 665 W. Tensão elétrica / frequência / fases: 220 V / 60 Hz / 1. Dimensões aproximadas de 750mm x 330mm x 320mm (AxLxP). Garantia de 6 meses.	UN	30
10	FOGÃO 4 BOCAS - COM TREMPE DE 40 X 40 MM. Fogão a gás de baixa pressão uso central, 4 bocas duplas com grelha de 40x40cm. Estrutura em aço inoxidável, grelha em ferro fundido e queimadores de ferro fundido. Comando de acendimento nos dois lados. Com bandeja coletora em aço inox, com medidas totais aproximadas: 820mm x 1060mm x 1060mm (AxLxP). Garantia de 12 meses.	UN	24
11	FOGÃO 6 BOCAS - COM TREMPE DE 40 X 40 MM. Fogão a gás de baixa pressão uso central, 6 bocas duplas com grelha de 40x40cm. Estrutura em aço inoxidável, grelha em ferro fundido e queimadores de ferro fundido.	UN	18

	Com bandeja coletora em aço inox. Comando de acendimento nos dois lados. Medidas totais aproximadas: 820mm x 1535mm x 1060mm (AxLxP). Garantia de 12 meses.		
12	FREEZER VERTICAL de no mínimo 569 L branco 1 porta, chapas internas e externas em aço galvanizado pré-pintado com alta resistência a corrosão, Defrost (degelo natural). Medidas Externas aproximadas (l x a x p) 667 x 1980 x 819 mm, peso médio de 90 kg. Variação de temperatura: Variação de Temperatura -18 à -10 / +2 à +8 C. 220V.	UN	15
13	CANECA COM ALÇA EM INOX 304, alça fixada com 12 pontos de solda, capacidade para 300ml. Dimensões aproximadas: altura 8,5cm, diâmetro 7,5cm, com virola.	UN	15.100
14	PRATO FUNDO EM INOX – com medidas de: 22 a 23 cm de diâmetro, altura de 2 cm.	UN	15.100
15	GARFO DE MESA: garfo todo em inox 304, altamente durável. Com aproximadamente 19 cm de comprimento, espessura de 1,8mm. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	15.200
16	FACA DE MESA: faca toda em inox 304, altamente durável. Com aproximadamente 20 cm de comprimento, espessura de 2,0 mm. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	15.200
17	COLHER DE SOPA: de inox com cabo de inox. Com aproximadamente 19 cm de comprimento, espessura de 2,5 mm. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	10.100
18	COLHER DE SOBREMESA: colher toda em inox 304, altamente durável, medidas entre 14 cm e 17 cm de comprimento. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	3.100

19	COLHER DE SERVIR: com cabo de inox 304, altamente durável tamanho médio. Com medidas aproximadas de: comprimento 36 cm, espessura 2,5 mm e no tamanho médio Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	236
20	PEGADOR DE MASSA: em aço inox 304, altamente durável. Dimensões aproximadas: Altura de 4,9 cm, largura de 4,8cm e comprimento de 20,5cm.	UN	220
21	Chaleira Elétrica de inox, capacidade aproximada 1.8lt, 220volts, indicador de aquecimento, desligamento automático, base independente da jarra, tampa com abertura por botão.	UN	87
22	FORNO MICROONDAS CAPACIDADE MÍNIMA – 30 LITROS 220 V - Funções mínimas: Função Display, Função Potencia, Função Manter Aquecido, Função Display/Sound, Função Travar, Menu FIT, Descongela por Peso e Tempo, Relógio - garantia de 1 ano. Cor: INOX	UN	20
23	PURIFICADOR DE ÁGUA, novo, para instalação em parede e bancada, destinado ao uso coletivo em ambiente institucional, com as seguintes características mínimas: **1.** equipamento próprio para fornecimento de água destinada ao consumo humano; **2.** instalação em parede, mediante conexão à rede hidráulica predial; **3.** fornecimento de água em temperatura natural e refrigerada; **4.** sistema de refrigeração integrado, capaz de disponibilizar água refrigerada de forma compatível com o uso coletivo; **5.** sistema de filtragem/tratamento da água destinado à melhoria de sua qualidade, com eficiência de retenção de partículas e redução de cloro livre, conforme classificação e requisitos estabelecidos na	UN	04

	regulamentação aplicável; **6.** elemento filtrante/refil substituível, devendo haver disponibilidade comercial de elemento compatível para reposição; **7.** vazão de água compatível com o atendimento de aproximadamente 30 usuários por sala, devendo ser definida e comprovada conforme as características técnicas do equipamento ofertado; **8.** acionamento para liberação da água de forma prática e adequada ao uso coletivo; **9.** tensão elétrica de 220 V, admitindo-se equipamento bivolt quando disponível; **10.** componentes e materiais apropriados para utilização com água destinada ao consumo humano e compatíveis com a finalidade do equipamento; **11.** permitir procedimentos de limpeza e manutenção periódica conforme as orientações do fabricante; **12.** possuir identificação do fabricante, modelo e demais informações obrigatórias exigidas pela regulamentação aplicável; **13.** atender aos requisitos de segurança, desempenho e conformidade estabelecidos pela legislação e regulamentação vigente, inclusive aos requisitos aplicáveis do Inmetro para equipamentos destinados ao consumo de água; **14.** acompanhar manual de instalação, operação, limpeza e manutenção em língua portuguesa; **15.** garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo; **16.** o equipamento deverá ser entregue em perfeito		

	estado de funcionamento, acompanhado de todos os componentes necessários à sua instalação e utilização.		
24	FRIGOBAR para armazenamento de bebidas e pequenos alimentos novo, de primeiro uso. especificaçoes minimas: **capacidade liquida: minima de 90 litros**; acabamento: inox; tipo: compacto, de piso, com porta solida; dimensoes aproximadas: altura max. 88cm, largura min. 45cm; compartimentos: congelador interno (espaço para gelo /congelados) e gaveta para produtos frescos; controle de temperatura: termostato regulavel analogico ou digital; organizaçao interna: prateleiras removiveis ou regulaveis e compartimentos na porta para garrafas e latas; degelo: sistema ciclo defrost, semiautomatico ou frost free; eficiencia energetica: classificaçao "A"; (selo procel ou etiqueta ence/inmetro); segurança e sustentabilidade: certificaçao compulsoria do inmetro e utilizaçao de gas refrigerante ecologico ; alimentaçao: 220v (compativel com a rede local); ergonomia: pes niveladores e baixo nivel de ruido; obrigaçoes e garantia: certificaçao: o equipamento deve possuir selo do inmetro; garantia: minima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricaçao; entrega: o produto deve acompanhar manual de instruçoes em portugues e termo de garantia;	UN	11
25	REFRIGERADOR EXPOSITOR VERTICAL para armazenamento e exposiçao de bebidas. especificaçoes minimas: cor: preta ou grafite; capacidade: minima liquida de 210 litros; tipo: vertical, com porta de vidro duplo temperado e antiembaçante; refrigeraçao: frost free; temperatura: ajustavel entre 0°c e +10°c; controle: termostato ajustavel digital; iluminaçao: interna em led; prateleiras: regulaveis; gabinete: material resistente e de facil higienizaçao; degelo: automatico; alimentaçao: 220v ou bivolt; eficiencia energetica: classificaçao "A" ou	UN	03

	equivalente; mobilidade: com rodizios ou pes niveladores; garantia minima de 12 meses. o equipamento deverá atender as normas tecnicas vigentes e ser entregue com manual em portugues e garantia.		
26	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS Descrição: Refrigerador vertical de 4 portas e capacidade mínima de 1000 litros, com sistema frost-free (degelo automático). Capacidade e características gerais Gabinete com quatro (4) portas; Capacidade total: mínima de mil (1000) litros; Refrigerador vertical em aço inox com sistema frostfree" (degelo automático, que não precisa descongelamento manual); Temperatura de operação: entre 0 °C e +7°C; Características construtivas Gabinete tipo monobloco em aço inox; Revestimento interno, do piso e das portas em aço galvanizado ou galvalumen ou alumínio liso; Isolamento do gabinete de poliuretano injetado; Pés fixos em material metálico e maciço com revestimento de borracha resistente. Portas revestidas externamente em aço inox; Isolamento da porta de poliuretano injetado; Vedação hermética em todo o perímetro das portas, constituída de gaxeta magnética sanfonada. Puxadores, trincos e dobradiças resistentes. Trincos com travamento automático, ou sistema de imã resistente ao peso da porta. Barreira térmica em todo o perímetro dos batentes das portas para evitar a condensação, constituída de resistência elétrica de baixa potência, intercambiável. Sistema de controle de temperatura por meio de	un.	4

	termostato regulável, dotado de termômetro digital, com posicionamento frontal de fácil acesso. Sistema de refrigeração completa com unidade compressora selada, com forçador de ar (ar forçado). Temporizador para degelo com o evaporador situado na parte frontal do aparelho, dotado de compressor hermético de, no mínimo, 1/2 HP, monofásico 127 V ou 220 V (conforme tensão local), com sistema de ar forçado e degelo automático(sistema “frostfree”). O compressor deve ser instalado na parte superior do equipamento. Gás refrigerante R600a, R134a ou R290. Com pelo menos Oito (8) prateleiras removíveis. As paredes internas do gabinete devem ser dotadas de dispositivos resistentes que possibilitem o ajuste de altura das prateleiras; Piso interno do gabinete em formato de bandeja com rebaixo para o direcionamento de qualquer líquido derramado no interior do gabinete para o dreno, com vistas ao seu escoamento. Painel superior em aço inox, para proteção do sistema de e elétrico do equipamento, com comando automatizado, programador, termômetro digital e controle de temperatura. Conexões de fiação com bornes dotados de parafusos para compressão dos fios. Todo o sistema elétrico deve ser fixado ao gabinete por meio de braçadeiras. Devem ser utilizados componentes (sistema de refrigeração) que permitam a otimização no consumo de energia durante a sua vida útil.		

	Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Tensão (voltagem): monovolt – 127V / 220V (conforme demanda) ou bivolt. Indicação da tensão (voltagem) no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho. Cordão de alimentação com, no mínimo, 2,0 m de comprimento. Matérias-primas, tratamentos e acabamentos. As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Revestimento externo do gabinete e das portas em aço inox com acabamento brilhante. Prateleiras reguláveis pintadas em epóxi; Painel superior para proteção do sistema de refrigeração e elétrico do equipamento em aço inox Ponteiras das sapatas em poliamida. No produto acabado, o filme plástico de proteção das chapas de aço inox deve poder ser facilmente removido pelo usuário, sendo imprescindível que na montagem do aparelho o filme seja previamente removido: de todas as suas partesinternas, das dobras das portas, de qualquer outra parte junto a dobras, sob qualquer elemento sobreposto. O equipamento deve ter acabamento externo apropriado, sem rebarbas ou parafusos e arrebites aparentes. Elementos de fixação expostos, parafusos, porcas e arruelas deverão ser fabricados em aço inox, garantindo proteção adequada contra corrosão/oxidação. Todas as soldas utilizadas nos componentes em aço inox		

	deverão ser de argônio e possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todas as partes metálicas deverão estar isentas de rebarbas e arestas cortantes		
27	BATEDEIRA PLANETÁRIA 20 LITROS Descrição: Batedeira planetária industrial, com capacidade para 20 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Dimensões e tolerância: Altura: 764mm Comprimento: 517mm Largura: 374mm Tolerância: +/- 15% Características construtivas: Estrutura ou suporte para o motor em aço, com fino acabamento em pintura epóxi. Cuba em aço inox. Sistema de engrenagens helicoidais. Com três níveis de velocidade. Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora. Com batedor espiral, batedor raquete, batedor globo e escorregador para ingredientes. Grade de segurança que desliga a máquina ao ser levantada. Protetor de recipiente que proporciona segurança operacional. Temporizador de 15 minutos. Proteção e velocidade inicial antiplash. Acessórios inclusos. Voltagens (V): 230/60/1. Motor: ½ HP. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.	UN	03
28	BALANÇA DIGITAL DE MESA PARA COZINHA 15KG dimensão do prato de aproximadamente 33x21cm, capacidade mínima: 15kg, sensibilidade mínima de 5g, altura de 10 cm, largura de 33 cm, comprimento de 34 cm peso de 3 kg, 220w.	UN	06

29	PANELA DE PRESSÃO NO MINIMO 15 LITROS - em alumínio polido de boa qualidade, linha industrial, com capacidade de no mínimo 15L, com duas válvulas de segurança, sendo uma metálica e outra de silicone, com trava de segurança, alças em baquelite atóxico e antitérmico, paredes mais espessas e com presença de aliviador de pressão. Medidas aproximadas: diâmetro de 35cm, espessura: 3,2 mm e peso aproximado de 5,07kg.	UN	12
30	PANELA DE PRESSÃO NO MINIMO 6 LITROS em alumínio com revestimento interno e externo antiaderente 24 cm de diâmetro com capacidade minima de 6 litros, três válvulas de segurança, cabos e alça em baquelite antitérmico.	UN	06
31	COPO DE VIDRO - Copo de vidro fino, lapidado, transparente, capacidade aproximada de 355 ml.	UN	84
32	CESTO EXPOSITOR EMPILHÁVEL TIPO FRUTEIRA: confeccionado em plástico resistente, atóxico e de fácil higienização, próprio para armazenamento, organização e exposição de produtos. Deverá possuir estrutura vazada e sistema que permita o empilhamento e encaixe entre as peças, proporcionando melhor aproveitamento do espaço. Dimensões aproximadas: 70 cm de comprimento x 30 cm de altura, com largura compatível com o modelo e finalidade de uso. Deverá apresentar estrutura firme, resistente e estável, acabamento adequado, sem rebarbas ou partes cortantes. Produto novo, de primeira qualidade e adequado às condições normais de uso.	UN	08
	CAIXA ORGANIZADORA DE NO MINIMO 130 LITROS: confeccionada em plástico resistente, atóxico e de fácil higienização, com capacidade aproximada de 130 litros. Deverá possuir tampa com sistema de travamento,		

33	proporcionando fechamento seguro e proteção dos materiais armazenados. Corpo em material transparente ou translúcido, permitindo visualizar o conteúdo. Estrutura firme, resistente, com acabamento adequado, sem rebarbas, rachaduras ou deformações. Produto novo, de primeira qualidade e adequado para armazenamento e organização de materiais.	UN	20
34	CAIXA ORGANIZADORA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 E MÁXIMA DE 50 LITROS confeccionada em plástico resistente, atóxico e de fácil higienização, com capacidade mínima de 40 e máxima de 50 litros. Deverá possuir tampa com sistema de travamento, proporcionando fechamento seguro e proteção dos materiais armazenados. Corpo em material transparente ou translúcido, permitindo visualizar o conteúdo. Estrutura firme e resistente, com acabamento adequado, sem rebarbas, rachaduras ou deformações. Produto novo, de primeira qualidade e adequado para armazenamento e organização de materiais.	UN	40
35	CHALEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL, capacidade entre 1,5 e 2 litros, para uso em fogão, com alça e tampa, resistente a altas temperaturas, de fácil limpeza, com acabamento em aço inoxidável, adequada para aquecimento de água. Produto novo, de boa qualidade e durabilidade.	UN	12
36	FRIGIDEIRA EM ALUMÍNIO, DE USO PROFISSIONAL/INSTITUCIONAL, com capacidade aproximada de 2 litros, diâmetro mínimo de 26 cm, confeccionada em alumínio de boa resistência, com espessura mínima de 2,0 mm, revestimento interno antiaderente de boa qualidade, resistente ao uso frequente e de fácil higienização. Cabo resistente,	UN	09

	firmemente fixado, com material que proporcione segurança e conforto no manuseio. Fundo estável e adequado para uso em fogão elétrico, ga´s, indução e vidrocerâmico , proporcionando boa distribuição do calor. Produto novo, sem uso, de primeira qualidade, resistente e durável, adequado para uso intenso em cozinha institucional. Deverá atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis.		
37	PRATO FUNDO EM VIDRO, com diâmetro aproximado de 21 a 23 cm, capacidade mínima aproximada de 500 ml, confeccionado em vidro resistente, de boa qualidade, próprio para uso frequente em cozinha institucional. Deverá possuir formato adequado para servir alimentos com caldos e molhos, superfície lisa, não porosa, de fácil higienização e resistente a lavagens frequentes. Produto novo, sem uso, de primeira qualidade, livre de trincas, rachaduras ou imperfeições, adequado para uso em serviços de alimentação coletiva. Deverá atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis.	UN	60
38	JOGO DE POTES PORTA-MANTIMENTOS, composto por 05 (cinco) potes com respectivas tampas, confeccionados em plástico transparente, atóxico e livre de BPA, próprios para armazenamento de alimentos. Os recipientes deverão possuir tampas com fechamento adequado, proporcionando proteção e conservação dos alimentos, além de facilitar a identificação do conteúdo. Deverão ser de fácil higienização e adequados para uso em cozinha institucional. O conjunto deverá ser composto, preferencialmente, por potes com as seguintes capacidades aproximadas: 01 pote de 6,6 litros; 01 pote de 3,5 litros; 02 potes de 1,9 litros e 01 pote de 900 ml. Material resistente ao uso frequente, com acabamento adequado, sem rebarbas, rachaduras ou imperfeições. Os	UN	10

	potes deverão ser próprios para contato com alimentos e suportar as condições normais de uso e higienização. Produto novo, sem uso e de primeira qualidade.		
39	BANDEJA/TRAVESSA OVAL PARA SERVIR, confeccionada em aço inoxidável, de alta resistência e durabilidade, com acabamento liso e adequado para contato com alimentos. Formato oval, tamanho aproximado de 40 a 45 cm de comprimento e 25 a 30 cm de largura, com bordas levemente elevadas, adequada para servir bolachas, biscoitos, salgados e demais alimentos em eventos. Deverá possuir superfície lisa, não porosa, de fácil higienização e resistente ao uso frequente. Produto novo, sem uso, de primeira qualidade, sem rebarbas, amassados ou imperfeições.	UN	20
40	GARRAFA TÉRMICA 8 LITROS - garrafa térmica tipo botijão, de cor azul, capacidade 8 litros, com torneirinha, tampa larga de rosca superior	UN	17
41	REFRIGERADOR VERTICAL: para hortifruti com porta de vidro, capacidade de 406L, prateleiras ajustáveis e sistema Frost Free. 220V. Selo do Inmetro e garantia mínima de 12 meses.	UN	05
42	FORNO TURBO A GÁS, 10 ESTEIRAS. Estrutura em acabamento em aço carbono com pintura epóxi; Câmara interna com acabamento em pintura de alta temperatura resistente a oxidação e para esteiras de 58cm x 70cm; Dimensões internas aproximadas de 68cm x 77cm x 104cm (L x P x A); Isolamento térmico em lã de rocha. Com painel de comando bivolt, painel com tecla geral, turbina, vapor, lâmpada e temporizador; Consumo de gás máximo de 1,6kg/h (GLP). Iluminação interna com proteção de vidro resistente a altas temperaturas e choques térmicos; Porta com visor	UN	03

	em vidro temperado; Rodízios que facilitam o deslocamento; Garantia de 6 meses.		
43	ASSADEIRA LISA 58 cm x 70 cm x 3,5 cm de alumínio com espessura mínima de 0,6mm para uso em forno turbo.	UN	30
44	FORNO ELÉTRICO 60 LT Com capacidade mínima de 60 litros, com dourador, grill, timer de 120 minutos, isolamento térmico, bandeja e grade removíveis, controle de temperatura automático entre 0º C a 300º C, potência 1750w, 1 ano de garantia.	UN	04
45	GARRAFA TÉRMICA PARA LÍQUIDOS quentes, corpo interno em inox, ampola interna para conservação do líquido em vidro térmico, bico anti pingo, capacidade de 1800 ml a 02 litros, corpo externo em plástico, características adicionais: com alça.	UNI	38
46	POTE ORGANIZADOR DE ALIMENTOS, COM CAPACIDADE DE 5,5 LT, com design transparente, com tampa. Produto livre de bisfenol-a (BPA). Cor: Incolor, Material: Plástico resistente, Dimensão (da unidade) 30,5 x 24 x 11,7 cm .	UN	20

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 7.393/2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação caracterizam-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da ata será de 12 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos limites estabelecidos no art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o fornecimento de utensílios de cozinha e eletrodomésticos para atender às demandas das diversas

Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, visando à adequada estruturação, manutenção e funcionamento dos ambientes utilizados nas atividades administrativas e operacionais do Município.

A necessidade decorre da reposição de utensílios danificados ou desgastados pelo uso contínuo, da substituição de eletrodomésticos que apresentem defeitos ou não possuam mais condições adequadas de utilização, bem como do atendimento de novas demandas relacionadas à organização dos espaços de trabalho e à manutenção das atividades desenvolvidas pelas unidades municipais.

Esses materiais e equipamentos são necessários para o funcionamento de cozinhas, copas, refeitórios e demais ambientes institucionais, contribuindo para a organização das rotinas, o acondicionamento e o preparo de alimentos e bebidas e a melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela diversidade dos itens e pela impossibilidade de determinar previamente, com exatidão, o momento e a quantidade de cada produto que será necessária durante o período de vigência da ata. Dessa forma, o fornecimento parcelado permitirá que as aquisições sejam realizadas conforme as necessidades efetivas das Secretarias Municipais, evitando a formação de estoques excessivos e favorecendo o planejamento dos recursos públicos.

A contratação será realizada por item, possibilitando a participação de fornecedores que comercializem diferentes categorias de produtos, ampliando a competitividade do procedimento licitatório e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

A fundamentação legal encontra-se na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos relativos ao planejamento das contratações públicas, à definição do objeto, à seleção da proposta mais vantajosa e aos procedimentos auxiliares de registro de preços, observadas as demais normas aplicáveis.

Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária para garantir a disponibilidade de utensílios de cozinha e eletrodomésticos adequados às demandas municipais, contribuindo para a continuidade das atividades administrativas e operacionais, a eficiência na gestão dos recursos públicos e o atendimento do interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução consiste na realização de procedimento licitatório para o registro de preços visando à futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, conforme as especificações técnicas, os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação abrangerá produtos de diferentes características e finalidades, necessários à estruturação, manutenção e funcionamento de cozinhas, copas, refeitórios e demais ambientes utilizados nas atividades da Administração Municipal, contemplando a reposição de itens danificados ou desgastados, a substituição de equipamentos sem condições adequadas de funcionamento e o atendimento de novas demandas.

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, apresentar qualidade e durabilidade compatíveis com sua finalidade e atender às normas técnicas e aos requisitos de segurança aplicáveis. Os eletrodomésticos deverão observar as especificações exigidas para cada item, incluindo capacidade, potência, eficiência energética, funcionamento e garantia, quando pertinentes.

A seleção dos fornecedores será realizada por item, permitindo a participação de empresas que comercializem os respectivos produtos, favorecendo a competitividade e a obtenção de propostas vantajosas para a Administração Pública.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades efetivas das Secretarias Municipais, mediante emissão de autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento administrativo cabível, observados os prazos, os locais de entrega e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. Os quantitativos indicados serão estimativos, não gerando obrigação de aquisição integral pelo Município.

A empresa fornecedora será responsável pela entrega dos produtos em perfeitas condições, devidamente acondicionados e protegidos contra danos durante o transporte. Deverá, ainda, fornecer manuais de instrução e certificados de garantia dos eletrodomésticos, quando aplicáveis, bem como providenciar a substituição dos produtos que apresentarem defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas, sem custos adicionais para a Administração.

O recebimento dos produtos ficará condicionado à conferência das quantidades e à verificação de sua conformidade com as especificações contratadas, cabendo à Administração acompanhar e fiscalizar o fornecimento e adotar as medidas necessárias em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

Dessa forma, a solução proposta busca garantir o abastecimento adequado das

Secretarias Municipais, proporcionar maior flexibilidade no atendimento das demandas, reduzir a necessidade de aquisições emergenciais e evitar a formação de estoques desnecessários, contribuindo para a eficiência administrativa, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos necessários para garantir o fornecimento adequado de utensílios de cozinha e eletrodomésticos destinados às diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, assegurando qualidade, segurança, durabilidade e compatibilidade com as finalidades de uso, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Os produtos deverão atender aos seguintes requisitos:

Requisitos de qualidade e conformidade

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, estar em perfeitas condições de fabricação e utilização e não apresentar defeitos, avarias ou sinais de uso.

Os utensílios de cozinha deverão ser fabricados com materiais resistentes, de fácil higienização e adequados à finalidade a que se destinam.

Os eletrodomésticos deverão apresentar funcionamento adequado e atender às especificações técnicas de capacidade, potência, dimensões, eficiência energética e demais características exigidas para cada item.

Os produtos deverão atender às normas técnicas e à legislação aplicável, inclusive quanto aos requisitos de segurança e às certificações compulsórias, quando exigíveis.

Requisitos de garantia

Os eletrodomésticos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, observados os prazos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência e as disposições legais aplicáveis.

Durante o período de garantia, a contratada deverá observar as condições legais e contratuais para o atendimento de defeitos de fabricação, sem custos adicionais para a Administração, quando de sua responsabilidade.

Os produtos deverão ser acompanhados de manuais de instrução em língua portuguesa e dos respectivos certificados de garantia, quando aplicáveis.

Requisitos de fornecimento e entrega

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, mediante solicitação formal da Administração e emissão do instrumento de fornecimento pertinente.

Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria solicitante, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

Os custos relativos à embalagem, ao transporte, à carga, à descarga e à entrega dos produtos serão de responsabilidade da contratada, devendo estar incluídos nos preços ofertados.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados e protegidos, de modo a evitar danos durante o transporte e o manuseio.

Requisitos de recebimento e substituição

O recebimento dos produtos ficará condicionado à conferência das quantidades e à verificação de conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Os produtos entregues em desacordo com as exigências, danificados ou que apresentarem defeitos poderão ser recusados pela Administração.

A contratada deverá substituir os produtos recusados, sem ônus adicional para o Município, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

Requisitos de sustentabilidade

Sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, deverão ser priorizados produtos com maior durabilidade, menor consumo de energia elétrica, embalagens recicláveis e materiais passíveis de reciclagem, observadas as características de cada item e a legislação ambiental aplicável.

As quantidades previstas serão estimadas para fins de planejamento e registro dos preços, sendo as aquisições realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva das Secretarias Municipais e a disponibilidade orçamentária, observadas as condições da ata de registro de preços e da legislação vigente.

A formalização da ata não obriga o Município a adquirir a totalidade dos quantitativos registrados, ficando cada aquisição condicionada à demanda administrativa e

ao cumprimento dos procedimentos legais pertinentes.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos buscam assegurar que os produtos fornecidos atendam às necessidades das Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, garantindo qualidade, segurança, eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

A Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento destina-se ao uso exclusivo do Município de Campo Bom/RS, na condição de órgão gerenciador e único contratante, para atendimento das necessidades relacionadas ao objeto registrado.

Fica expressamente vedada a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento, não sendo admitida sua utilização por terceiros na condição de órgãos ou entidades não participantes, em conformidade com o art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as disposições do edital e da minuta da Ata de Registro de Preços.

A utilização da Ata deverá observar os quantitativos, as condições de fornecimento, os preços registrados, os prazos de vigência e as demais disposições estabelecidas nos instrumentos da contratação, ficando sua gestão e utilização restritas ao Município de Campo Bom/RS, conforme previsto no instrumento convocatório e na respectiva Ata de Registro de Preços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento dos utensílios de cozinha e eletrodomésticos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, mediante emissão de Nota de Empenho pela Administração Municipal.

A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, nos endereços e horários indicados abaixo, conforme a Secretaria Municipal solicitante:

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Local de entrega: Prefeitura Municipal de Campo Bom, Avenida Independência, nº 800, Centro, Campo Bom/RS, 2º andar.

Horários de recebimento:

De segunda a quinta-feira: das 12h30 às 18h. Sextas-feiras: das 7h30 às 13h.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Local de entrega: Prefeitura Municipal de Campo Bom, Avenida Independência, nº 800, Centro, Campo Bom/RS, 1º andar. Horários de recebimento:

De segunda a quinta-feira: das 12h30 às 18h. Sextas-feiras: das 7h30 às 13h.

Secretaria Municipal de Finanças

Local de entrega: Prefeitura Municipal de Campo Bom, Avenida Independência, nº 800, Centro, Campo Bom/RS, 1º andar.

Horários de recebimento:

De segunda a quinta-feira: das 12h30 às 18h. Sextas-feiras: das 7h30 às 13h.

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Local de entrega: Avenida dos Municípios, nº 1300, bairro Operária, Campo Bom/RS. Horários de recebimento:

De segunda a quinta-feira: das 8h às 18h. Sextas-feiras: das 7h30 às 13h.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Local de entrega: Prefeitura Municipal de Campo Bom, Avenida Independência, nº 800, Centro, Campo Bom/RS, 4º andar.

Horários de recebimento:

De segunda a quinta-feira: das 12h30 às 18h. Sextas-feiras: das 7h30 às 13h.

A entrega deverá ser previamente organizada pela contratada, respeitando os horários de recebimento de cada Secretaria, sendo de sua responsabilidade todos os custos relacionados ao transporte, à carga, à descarga e à entrega dos produtos nos locais indicados.

Os produtos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, devidamente embalados e protegidos contra danos decorrentes do transporte e manuseio, acompanhados dos manuais de instrução, certificados de garantia e demais documentos exigíveis, quando aplicáveis.

No momento da entrega, será realizada a conferência dos quantitativos e a verificação da conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas no Termo

de Referência e na respectiva Nota de Empenho. O recebimento definitivo ficará condicionado à confirmação de que os itens atendem às exigências da contratação.

Os produtos entregues em desacordo com as especificações, danificados ou que apresentem defeitos poderão ser recusados pela Administração, devendo a contratada providenciar sua substituição, sem custos adicionais para o Município, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das medidas cabíveis.

A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos e cumprir as obrigações assumidas durante a execução do objeto, observando os prazos, as condições de entrega e as demais disposições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA

6.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame será de uso exclusivo do Município de Campo Bom/RS, na condição de Órgão Gerenciador e Único Contratante.

6.2. As comunicações entre o município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução da ata será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fiscal acompanhará a execução da ata de registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na mesma, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento da ata de registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ata de registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao seu superior ou gestor da ata.

6.9. O fiscal providenciará, em tempo hábil, antes do término do Registro de Preços sob sua responsabilidade, solicitação formal com vistas à nova licitação.

6.10. O fiscal da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.12. O responsável pela Secretaria quando comunicado, acompanhará os registros realizados pelo fiscal, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13. O superior do fiscal ou gestor, emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. Caberá ao fiscal com suporte de seu superior imediato, tomar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15. Deverá ainda, elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. A Ata de Registro de Preços poderá ser convertida em contrato, se necessário, conforme conveniência da Administração e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo a contratada prestar esclarecimentos formais no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da sua prestação e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;
c) Os dados da ata e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução da ata;
e) O valor a pagar;
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, e
g) Outros documentos exigidos para fins de mediação dos pagamentos relacionados no contrato.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12. O pagamento será realizado em até 30 dias (trinta) após o recebimento da nota fiscal, devidamente visada pelo Serviço de Fiscalização de cada Secretaria pertinente, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal

7.13. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,2% ao mês de juros de mora e correção monetária com base INPC.

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

8.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.1.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.1.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.2.2. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.1.2.3. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;

8.1.2.4. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;

8.1.2.5. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante.

8.1.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

8.1.3. Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

8.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

8.1.3.2. Apresentar o balanço patrimonial dos 2 últimos exercícios. A verificação da capacidade econômico-financeira será pela apresentação do cálculo dos índices ou comprovação de capital social ou patrimônio na proporção de 10% do valor da contratação.

8.1.4. Capacidade Técnica:

8.1.4.1. Atestado da Capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto compatível com o licitado e atestando o bom desempenho.

8.1.4.2. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.1.4.3. o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias a comprovação de legitimidade dos atestados, apresentando quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte á contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.5. Documentos Complementares:

8.1.5.1. Serão exigidos outros documentos complementares estabelecidos no edital da licitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada no mercado, considerando contratações similares realizadas por outras empresas e/ou órgãos públicos e propostas obtidas junto a fornecedores do ramo.

9.2. A metodologia adotada para definição do valor estimado foi a média dos valores obtidos, resultando no montante de R$ 1.199.623,99 (Um milhão, cento e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de procedimento voltado à instituição de Sistema de Registro de Preços, a indicação prévia e vinculada da dotação orçamentária é dispensada no momento inicial da deflagração do certame licitatório, consoante a regra do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A disponibilidade de crédito orçamentário e a respectiva reserva de empenho serão formalmente demonstradas antes da emissão de cada contrato derivado, nota de empenho ou ordem de fornecimento emitida pelas Secretarias Municipais partícipes.

11.FISCALIZAÇÃO

11.1. A Secretaria Municipal de Educação será representada pelos fiscais abaixo relacionados:

Alex Jonatan Lassakoski - Divisão de Cultura
Adriana Luft – Secretaria de Educação
Misael Dalvan Guimarães – Secretaria de Finanças
Celenir de Araujo – Secretaria de Obras
Cristiane de Oliveira Strottmann – Secretaria de Saúde
Kátia Fernanda Pohren – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

ANEXO II-A

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ / 2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E _____.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Giovani Batista Feltes, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO.**

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua / Av._____, nº ___, Bairro _____, _____, __, neste ato representada por seu representante legal, Sr._____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA.**

Pelo presente, as partes acima qualificadas, doravante somente designadas **MUNICÍPIO e CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, tendo em vista o que consta no **Pregão Eletrônico nº 092/2026**, decorrente do Processo nº 586/2026, homologado em (...), em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico 092/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO/RUBRICA

2.1. As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2026 e 2027, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

A licitante CONTRATADA, no fornecimento do objeto licitado, deverá observar que:

3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

3.7. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

3.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º

14.133, de 2021).

3.9. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

3.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

3.13. Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada.

3.14. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação.

3.15. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOS ITENS, QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E CADASTRO DE RESERVA

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
FORNECEDOR: Fornecedor (qualificação de contrato)

Item	Fornecedor *(razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante)*						
X	Especificação	*Marca*	*Modelo*	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Prazo garantia*

		(se exigido no edital)	*(se exigido no edital)*				*ou validade*

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

OU

4.2. Na presente Ata de Registro de Preços inexiste empresa interessada no Cadastro de Reserva.

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento da contraprestação dar-se-á, em até 30 dias (trinta) após o recebimento da devida nota fiscal, devidamente visada pelo Serviço de Fiscalização de cada Secretaria pertinente, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, na conformidade de pagamentos do Município.

5.2. Tendo sido impostas penalidades ao CONTRATADO, das quais não tenha recorrido tempestivamente, ou que já sejam objeto de decisão administrativa transitada em julgado, o respectivo valor será descontado do pagamento devido.

5.2.1. Em caso de pagamentos mensais, o limite máximo mensal de desconto será de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

5.3. Ocorrendo a devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.

5.4. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS E CANCELAMENTO DA ATA

6.1. A Administração deverá realizar pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5.3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por ato da autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRORROGAÇÃO, DA VIGÊNCIA, DA RENOVAÇÃO E ADESÃO:

7.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogada.

7.2. A Ata de Registro de Preços poderá ter sua vigência prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, será admitida a renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

7.2.1.1. Comprovação da vantajosidade dos preços registrados, com base em análise de mercado atualizada;

7.2.1.2. Previsão de possibilidade de renovação do quantitativo no planejamento da contratação; e

7.2.1.3. formalização da prorrogação da ata dentro do prazo de sua vigência original.

7.3. O preço proposto pelo objeto somente será passível de reajuste decorrido um ano da data-base vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, 23/09/2026, tomando-se então como base os índices estabelecidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE.

7.4. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame será de uso exclusivo do

Município de Campo Bom/RS, na condição de Órgão Gerenciador e Único Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES

8.1. A contratada responsabilizar-se-á, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração Municipal, e a empregados e/ou prepostos, bem assim por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão de ação ou omissão sua no fornecimento do objeto, garantindo ao MUNICÍPIO direito regressivo por tudo o que acaso tenha que despender em sendo isolada ou solidariamente responsabilizado, incluindo honorários periciais e advocatícios e custas processuais.

8.1.1. A contratada responsabilizar-se-á ainda:

8.1.1.1. Fornecer o objeto licitado conforme especificações do edital, no anexo i - termo de referência, e em consonância com a proposta de preços;

8.1.1.2. Manter, durante toda a execução da ata do registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

8.1.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da ata do registro de preços;

8.1.1.5. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. O CONTRATANTE designará o servidor, Sr.(a)……., devidamente habilitado a tanto, para acompanhar a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços, até o exaurimento de seu prazo e ou dos seus quantitativos.

9.1.1. A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições estabelecidas nesta ATA, não eximirá o CONTRATADO de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens

fornecidos, seja relativamente a danos acaso sofridos pela Administração Municipal em decorrência de problemas na execução do objeto.

9.1.2. Eventual tolerância ou omissão do CONTRATANTE não poderão ser opostas pelo CONTRATADO, a qualquer tempo ou título, objetivando elidir a respectiva responsabilidade, e tampouco implica em renúncia a quaisquer direitos legalmente garantidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;

f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. A multa sancionatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

10.3. Multa:

a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. A Ata se extingue quando vencida o prazo nela estipulada, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. A Ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixada, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.

11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção da Ata de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom-RS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

13.2. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.

13.3. A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, firmar contrato de fornecimento do saldo restante do objeto licitado.

13.4. Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

13.5. A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão do contrato e da nota de empenho pelas Secretarias do Município de Campo Bom.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS

14.1. Situações não previstas neste instrumento, se incidentes, pelo contido na Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam, na presença das testemunhas (dispensado nos casos da lei 14.620/23), extraindo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Giovani Batista Feltes
Prefeito Municipal

_____
Contratada

TESTEMUNHAS:

Sabrina Diana Geib
Assessora Jurídica Municipal
OAB/RS 8.725

XXX
Fiscal do contrato
Matrícula XXX

ANEXO II-B

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ___/2026

CONTRATO QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E _____ autorizado através do Processo nº 586/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Giovani Batista Feltes, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**;

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua / Av._____, nº ___, Bairro _____, _____, __, neste ato representada por seu representante legal, Sr._____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA.**

Pelo presente, as partes acima qualificadas, doravante somente designadas MUNICÍPIO e CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico nº 092/2026, decorrente do Processo nº 586/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais de Campo Bom/RS, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico 092/2026.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

2.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do fornecimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

2.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

2.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

2.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2.11. Caso seja solicitado, deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

2.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

2.15. Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação.

2.16. O objeto será fornecido por empresas especializadas no ramo, devidamente regulamentada, em conformidade com a legislação vigente e padrões estabelecidos no presente termo de referência.

2.17. O fornecedor, de uma maneira geral, deve cumprir com as normas técnicas específicas no objeto, assim como assegurar o emprego correto das práticas de sustentabilidade. É seu dever assegurar o cumprimento das especificidades do objeto a ser contratado.

2.18. Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Efetuar os pagamentos devidos pelo fornecimento do objeto do Contrato, de acordo com o disposto na Cláusula Nona do presente Instrumento.

3.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

3.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

3.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

3.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

3.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.2. Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

4.5. Terminado o eventual tratamento dos dados a que o contratado teve acesso em vista deste contrato, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data

da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do MUNICÍPIO, mediante elaboração de regular aditivo contratual.

5.2. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO/RUBRICA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias/Rubricas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (XXX/202X)

6.2. As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2026 e 2027, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE OBJETO

7.1. A garantia observará o prazo e as condições estabelecidas pelo fabricante e pela legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO

10.1. O preço total a ser pago pela CONTRATANTE, referente à execução do objeto especificado na Cláusula I deste Instrumento, é de R$ _____ (_____).

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.3. O preço proposto pelo objeto somente será passível de reajuste decorrido um ano da

data-base vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, 23/09/2026, tomando-se então como base os índices estabelecidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento da contraprestação devida dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

11.1.1 A pertinente nota fiscal, visada pelo Serviço de Fiscalização do Município;

11.2. Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, em decisão administrativa transitada em julgado, o valor será descontado do pagamento devido.

11.2.1. Em caso de pagamentos mensais, o limite máximo mensal de desconto será de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

11.3. Em caso de devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.

11.4. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a CONTRATADA pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. A multa sancionatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

12.3. Multa:

a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio

econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O Município designará o Fiscal de contrato Sr. XXX devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização do contrato.

14.2. A Fiscalização ora referida não eximirá a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do Município sob sua guarda, seja relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos seus, integrantes da Administração Municipal e/ou terceiros.

14.3. A CONTRATADA deverá planejar a correta execução do contrato juntamente com a Fiscalização do MUNICÍPIO, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Campo Bom/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou fax, na sede dos Contratantes ou no e-mail informado no procedimento licitatório.

18.2. A CONTRATADA informa o e-mail ..... para que o MUNICÍPIO realize intimações, notificações e comunicações sobre a execução contratual, devendo a CONTRATADA manter o mesmo devidamente atualizado.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam, na presença das testemunhas (dispensado nos casos da lei 14.620/23), extraindo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Campo Bom,_____de_____de_____

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Fernando Luís Girotto Battirola
Assessor Jurídico Municipal
OAB/RS 135.966

XXX
Fiscal do contrato
Matrícula XXX

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, sob as penas da lei, a negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o Poder Público.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
DECLARAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA que se **ENQUADRA** como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA, também, que está apto a utilizar-se dos benefícios previstos nos artigos 42 à 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que atende aos requisitos de habilitação, ainda, que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Campo Bom

Av. Independência, 800 - Centro – Campo Bom - RS

Referente: Licitação Modalidade Pregão Nº. ___/___, Abertura __ de __ de ____ às __h __m.

Proponente:

a) Razão Social _____

b) Endereço _____

c) Telefone _____ E-mail _____

d) CNPJ: _____

Assunto: PROPOSTA

MD Pregoeiro

Ilmos. Senhores da Equipe de Apoio

Vimos apresentar por intermédio desta, a nossa proposta para fornecimento de: _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01	Liquidificador, 1400W, 3L, Chumbo, 220v, Preto. 15 Velocidades + Função Ice + Função Pulsar + Função Autolimpeza; Sobretampa dosadora tipo xícara; 6 lâminas; Copo de plástico com capacidade total 3,0L; Capacidade útil de 2,0l; Tampa com alça na lateral para retirada; Base antiderrapante; Embutidor de Cordão; Potência de 1400W. Garantia 1 ano.	UN	22		
02	Batedeira Planetaria com potência mínima de 600 w, capacidade de tigela de mínimo 4 litros, 12 velocidades, 220 v ou bivolt, 12 meses de garantia.	UN	16		
	PROCESSADOR DE ALIMENTOS ELÉTRICO 220 V Processamento de até 250kg/h, motor de indução industrial 550W, boca ampla de	UN	10		

03	aproximadamente 139 cm2, abertura cilíndrica de 58mm de diâmetro, empurrador de 39mm, compatível com discos para cortar, fatiar, ralar, julianas, cubos, batata frita e purês; sistema de ejeção lateral; material inox AISI 304. Dimensão aproximada 35 x 65 x 35 (Lx A x P). Garantia de 1 ano				
04	Máquina de lavar roupa automática, com capacidade mínima para 10kg , nova de fabricação nacional, mínimo de 10 programas de lavagem, filtro pega fiapos, pés reguláveis e antiderrapante, classificação energética A, 220 v.	UN	06		
05	PASSADOR DE MACARRÃO HOTEL 45 CM - feito todo de alumínio, com bordas laterais dobradas e alças para firmeza e segurança no uso. Medidas aproximadas: altura 17cm, capacidade de 22l e diâmetro de 45cm.	UN	49		
06	BUFFET TÉRMICO INFANTIL COM 6 CUBAS - 220V. Buffet térmico para a oferta da alimentação escolar dos alunos da educação infantil. Confeccionado em AÇO INOXIDÁVEL. Pés cromados confeccionados com tubo inteiro, totalmente livre de solda na sua base, os pés devem conter rodízios com trava para evitar o deslocamento do equipamento durante o uso. Cobertura de vidro curvo inteiro de 4mm, proporcionando visibilidade e higiene. Deve conter 6 cubas com tampas confeccionadas em aço inoxidável, modelo ½. Deve conter corre prato que pode ser removível e acoplado no sistema de mão francesa. Temperatura de aquecimento controlada através de termostato de 20°C a 80°C. Tensão 220V. Dimensões: altura: rebaixada para alunos de educação infantil, até 6 anos de idade; Medidas aproximadas: largura sem o corre prato: 609mm; largura com corre prato: 1065mm, profundidade:	UN	20		

	1080mm.				
07	BUFFET TÉRMICO ADULTO COM 6 CUBAS - 220V. Buffet térmico para a oferta da alimentação escolar dos alunos do ensino fundamental. Confeccionado em AÇO INOXIDÁVEL. Pés cromados confeccionados com tubo inteiro, totalmente livre de solda na sua base, os pés devem conter rodízios com trava para evitar o deslocamento do equipamento durante o uso. Cobertura de vidro curvo inteiro de 4mm, proporcionando visibilidade e higiene. Deve conter 6 cubas com tampas confeccionadas em aço inoxidável, modelo ½. Deve conter corre prato que pode ser removível e acoplado no sistema de mão-francesa. Temperatura de aquecimento controlada através de termostato de 20°C a 80°C. Tensão 220V. Dimensões aproximadas: altura: 1355mm; largura sem corre prato: 609mm; largura com corre prato: 1065mm, profundidade: 1080mm.	UN	20		
08	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 06 LITROS - 220V. Copo Monobloco Inox, Potência do motor: 0,5 CV, Rotação: 3.500 rpm, Potência nominal:665 W. Tensão elétrica / frequência / fases: 220 V / 60 Hz / 1. Dimensões aproximadas de 720mm x 310mm x 300mm (AxLxP). Garantia de 6 meses.	UN	38		
09	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 08 LITROS - 220V. Basculante Cavalete e Copo Monobloco Inox, Potência do motor: 0,5 CV, Rotação: 3.500 rpm, Potência nominal: 665 W. Tensão elétrica / frequência / fases: 220 V / 60 Hz / 1. Dimensões aproximadas de 750mm x 330mm x 320mm (AxLxP). Garantia de 6 meses.	UN	30		
	FOGÃO 4 BOCAS - COM TREMPE DE 40 X 40 MM.	UN	24		

10	Fogão a gás de baixa pressão uso central, 4 bocas duplas com grelha de 40x40cm. Estrutura em aço inoxidável, grelha em ferro fundido e queimadores de ferro fundido. Comando de acendimento nos dois lados. Com bandeja coletora em aço inox, com medidas totais aproximadas: 820mm x 1060mm x 1060mm (AxLxP). Garantia de 12 meses.				
11	FOGÃO 6 BOCAS - COM TREMPE DE 40 X 40 MM. Fogão a gás de baixa pressão uso central, 6 bocas duplas com grelha de 40x40cm. Estrutura em aço inoxidável, grelha em ferro fundido e queimadores de ferro fundido. Com bandeja coletora em aço inox. Comando de acendimento nos dois lados. Medidas totais aproximadas: 820mm x 1535mm x 1060mm (AxLxP). Garantia de 12 meses.	UN	18		
12	FREEZER VERTICAL de no mínimo 569 L branco 1 porta, chapas internas e externas em aço galvanizado pré-pintado com alta resistência a corrosão, Defrost (degelo natural). Medidas Externas aproximadas (l x a x p) 667 x 1980 x 819 mm, peso médio de 90 kg. Variação de temperatura: Variação de Temperatura -18 à -10 / +2 à +8 C. 220V.	UN	15		
13	CANECA COM ALÇA EM INOX 304, alça fixada com 12 pontos de solda, capacidade para 300ml. Dimensões aproximadas: altura 8,5cm, diâmetro 7,5cm, com virola.	UN	15.100		
14	PRATO FUNDO EM INOX – com medidas de: 22 a 23 cm de diâmetro, altura de 2 cm.	UN	15.100		
15	GARFO DE MESA: garfo todo em inox 304, altamente durável. Com aproximadamente 19 cm de comprimento, espessura de 1,8mm. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	15.200		
	FACA DE MESA: faca toda em inox 304,	UN	15.200		

16	altamente durável. Com aproximadamente 20 cm de comprimento, espessura de 2,0 mm. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.				
17	COLHER DE SOPA: de inox com cabo de inox. Com aproximadamente 19 cm de comprimento, espessura de 2,5 mm. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	10.100		
18	COLHER DE SOBREMESA: colher toda em inox 304, altamente durável, medidas entre 14 cm e 17 cm de comprimento. Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	3.100		
19	COLHER DE SERVIR: com cabo de inox 304, altamente durável tamanho médio. Com medidas aproximadas de: comprimento 36 cm, espessura 2,5 mm e no tamanho médio Modelo monobloco, ou seja, em uma única peça.	UN	236		
20	PEGADOR DE MASSA: em aço inox 304, altamente durável. Dimensões aproximadas: Altura de 4,9 cm, largura de 4,8cm e comprimento de 20,5cm.	UN	220		
21	Chaleira Elétrica de inox, capacidade aproximada 1.8lt, 220volts, indicador de aquecimento, desligamento automático, base independente da jarra, tampa com abertura por botão.	UN	87		
22	FORNO MICROONDAS CAPACIDADE MÍNIMA – 30 LITROS 220 V - Funções mínimas: Função Display, Função Potencia, Função Manter Aquecido, Função Display/Sound, Função Travar, Menu FIT, Descongela por Peso e Tempo, Relógio - garantia de 1 ano. Cor: INOX	UN	20		
	PURIFICADOR DE ÁGUA, novo, para instalação em parede e bancada, destinado ao uso coletivo em ambiente institucional, com as seguintes características mínimas: **17.** equipamento próprio para fornecimento de água destinada ao consumo humano; **18.** instalação em parede, mediante conexão à	UN	04		

23	rede hidráulica predial; **19.** fornecimento de água em temperatura natural e refrigerada; **20.** sistema de refrigeração integrado, capaz de disponibilizar água refrigerada de forma compatível com o uso coletivo; **21.** sistema de filtragem/tratamento da água destinado à melhoria de sua qualidade, com eficiência de retenção de partículas e redução de cloro livre, conforme classificação e requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável; **22.** elemento filtrante/refil substituível, devendo haver disponibilidade comercial de elemento compatível para reposição; **23.** vazão de água compatível com o atendimento de aproximadamente 30 usuários por sala, devendo ser definida e comprovada conforme as características técnicas do equipamento ofertado; **24.** acionamento para liberação da água de forma prática e adequada ao uso coletivo; **25.** tensão elétrica de 220 V, admitindo-se equipamento bivolt quando disponível; **26.** componentes e materiais apropriados para utilização com água destinada ao consumo humano e compatíveis com a finalidade do equipamento; **27.** permitir procedimentos de limpeza e manutenção periódica conforme as orientações do fabricante; **28.** possuir identificação do fabricante, modelo e demais informações obrigatórias exigidas pela regulamentação aplicável; **29.** atender aos requisitos de segurança, desempenho e conformidade estabelecidos pela legislação e regulamentação vigente, inclusive aos requisitos aplicáveis do Inmetro				

	para equipamentos destinados ao consumo de água; **30.** acompanhar manual de instalação, operação, limpeza e manutenção em língua portuguesa; **31.** garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo; **32.** o equipamento deverá ser entregue em perfeito estado de funcionamento, acompanhado de todos os componentes necessários à sua instalação e utilização.				
24	FRIGOBAR para armazenamento de bebidas e pequenos alimentos novo, de primeiro uso. especificaçoes minimas: **capacidade liquida: minima de 90 litros**; acabamento: inox; tipo: compacto, de piso, com porta solida; dimensoes aproximadas: altura max. 88cm, largura min. 45cm; compartimentos: congelador interno (espaço para gelo /congelados) e gaveta para produtos frescos; controle de temperatura: termostato regulavel analogico ou digital; organizaçao interna: prateleiras removiveis ou regulaveis e compartimentos na porta para garrafas e latas; degelo: sistema ciclo defrost, semiautomatico ou frost free; eficiencia energetica: classificaçao “A”; (selo procel ou etiqueta ence/inmetro); segurança e sustentabilidade: certificaçao compulsoria do inmetro e utilizaçao de gas refrigerante ecologico ; alimentaçao: 220v (compativel com a rede local); ergonomia: pes niveladores e baixo nivel de ruido; obrigaçoes e garantia: certificaçao: o equipamento deve possuir selo do inmetro; garantia: minima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricaçao; entrega: o produto deve acompanhar manual de instruçoes em portugues e termo de garantia;	UN	11		
	REFRIGERADOR EXPOSITOR VERTICAL para armazenamento e exposiçao de bebidas.				

25	especificaçoes minimas: cor: preta ou grafite; capacidade: minima liquida de 210 litros; tipo: vertical, com porta de vidro duplo temperado e antiembaçante; refrigeraçao: frost free; temperatura: ajustavel entre 0°c e +10°c; controle: termostato ajustavel digital; iluminaçao: interna em led; prateleiras: regulaveis; gabinete: material resistente e de facil higienizaçao; degelo: automatico; alimentaçao: 220v ou bivolt; eficiencia energetica: classificaçao "A" ou equivalente; mobilidade: com rodizios ou pes niveladores; garantia minima de 12 meses. o equipamento deverá atender as normas tecnicas vigentes e ser entregue com manual em portugues e garantia.	UN	03		
26	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS Descrição: Refrigerador vertical de 4 portas e capacidade mínima de 1000 litros, com sistema frost-free (degelo automático). Capacidade e características gerais Gabinete com quatro (4) portas; Capacidade total: mínima de mil (1000) litros; Refrigerador vertical em aço inox com sistema frostfree" (degelo automático, que não precisa descongelamento manual); Temperatura de operação: entre 0 °C e +7°C; Características construtivas Gabinete tipo monobloco em aço inox; Revestimento interno, do piso e das portas em aço galvanizado ou galvalumen ou alumínio liso; Isolamento do gabinete de poliuretano injetado; Pés fixos em material metálico e maciço com revestimento de borracha resistente. Portas revestidas externamente em aço inox; Isolamento da porta de poliuretano injetado; Vedação hermética em todo o perímetro das portas, constituída de gaxeta magnética sanfonada.	un.	4		

	Puxadores, trincos e dobradiças resistentes. Trincos com travamento automático, ou sistema de imã resistente ao peso da porta. Barreira térmica em todo o perímetro dos batentes das portas para evitar a condensação, constituída de resistência elétrica de baixa potência, intercambiável. Sistema de controle de temperatura por meio de termostato regulável, dotado de termômetro digital, com posicionamento frontal de fácil acesso. Sistema de refrigeração completa com unidade compressora selada, com forçador de ar (ar forçado). Temporizador para degelo com o evaporador situado na parte frontal do aparelho, dotado de compressor hermético de, no mínimo, 1/2 HP, monofásico 127 V ou 220 V (conforme tensão local), com sistema de ar forçado e degelo automático(sistema “frostfree”). O compressor deve ser instalado na parte superior do equipamento. Gás refrigerante R600a, R134a ou R290. Com pelo menos Oito (8) prateleiras removíveis. As paredes internas do gabinete devem ser dotadas de dispositivos resistentes que possibilitem o ajuste de altura das prateleiras; Piso interno do gabinete em formato de bandeja com rebaixo para o direcionamento de qualquer líquido derramado no interior do gabinete para o dreno, com vistas ao seu escoamento. Painel superior em aço inox, para proteção do sistema de e elétrico do equipamento, com comando automatizado, programador, termômetro digital e controle de temperatura. Conexões de fiação com bornes dotados de parafusos para compressão dos fios. Todo o sistema elétrico deve ser fixado ao				

	gabinete por meio de braçadeiras. Devem ser utilizados componentes (sistema de refrigeração) que permitam a otimização no consumo de energia durante a sua vida útil. Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Tensão (voltagem): monovolt – 127V / 220V (conforme demanda) ou bivolt. Indicação da tensão (voltagem) no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho. Cordão de alimentação com, no mínimo, 2,0 m de comprimento. Matérias-primas, tratamentos e acabamentos. As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Revestimento externo do gabinete e das portas em aço inox com acabamento brilhante. Prateleiras reguláveis pintadas em epóxi; Painel superior para proteção do sistema de refrigeração e elétrico do equipamento em aço inox Ponteiras das sapatas em poliamida. No produto acabado, o filme plástico de proteção das chapas de aço inox deve poder ser facilmente removido pelo usuário, sendo imprescindível que na montagem do aparelho o filme seja previamente removido: de todas as suas partesinternas, das dobras das portas, de qualquer outra parte junto a dobras, sob qualquer elemento sobreposto. O equipamento deve ter acabamento externo apropriado, sem rebarbas ou parafusos e arrebites aparentes. Elementos de fixação expostos, parafusos, porcas e arruelas deverão ser fabricados em aço inox, garantindo proteção adequada contra				

	corrosão/oxidação. Todas as soldas utilizadas nos componentes em aço inox deverão ser de argônio e possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Todas as partes metálicas deverão estar isentas de rebarbas e arestas cortantes				
27	BATEDEIRA PLANETÁRIA 20 LITROS Descrição: Batedeira planetária industrial, com capacidade para 20 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Dimensões e tolerância: Altura: 764mm Comprimento: 517mm Largura: 374mm Tolerância: +/- 15% Características construtivas: Estrutura ou suporte para o motor em aço, com fino acabamento em pintura epóxi. Cuba em aço inox. Sistema de engrenagens helicoidais. Com três níveis de velocidade. Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora. Com batedor espiral, batedor raquete, batedor globo e escorregador para ingredientes. Grade de segurança que desliga a máquina ao ser levantada. Protetor de recipiente que proporciona segurança operacional. Temporizador de 15 minutos. Proteção e velocidade inicial antiplash. Acessórios inclusos. Voltagens (V): 230/60/1. Motor: ½ HP. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.	UN	03		
28	BALANÇA DIGITAL DE MESA PARA COZINHA 15KG dimensão do prato de aproximadamente 33x21cm, capacidade mínima: 15kg, sensibilidade mínima de 5g, altura de 10 cm, largura de 33 cm, comprimento de 34 cm peso de 3 kg, 220w.	UN	06		

29	PANELA DE PRESSÃO NO MINIMO 15 LITROS - em alumínio polido de boa qualidade, linha industrial, com capacidade de no mínimo 15L, com duas válvulas de segurança, sendo uma metálica e outra de silicone, com trava de segurança, alças em baquelite atóxico e antitérmico, paredes mais espessas e com presença de aliviador de pressão. Medidas aproximadas: diâmetro de 35cm, espessura: 3,2 mm e peso aproximado de 5,07kg.	UN	12		
30	PANELA DE PRESSÃO NO MINIMO 6 LITROS em alumínio com revestimento interno e externo antiaderente 24 cm de diâmetro com capacidade minima de 6 litros, três válvulas de segurança, cabos e alça em baquelite antitérmico.	UN	06		
31	COPO DE VIDRO - Copo de vidro fino, lapidado, transparente, capacidade aproximada de 355 ml.	UN	84		
32	CESTO EXPOSITOR EMPILHÁVEL TIPO FRUTEIRA: confeccionado em plástico resistente, atóxico e de fácil higienização, próprio para armazenamento, organização e exposição de produtos. Deverá possuir estrutura vazada e sistema que permita o empilhamento e encaixe entre as peças, proporcionando melhor aproveitamento do espaço. Dimensões aproximadas: 70 cm de comprimento x 30 cm de altura, com largura compatível com o modelo e finalidade de uso. Deverá apresentar estrutura firme, resistente e estável, acabamento adequado, sem rebarbas ou partes cortantes. Produto novo, de primeira qualidade e adequado às condições normais de uso.	UN	08		
	CAIXA ORGANIZADORA DE NO MINIMO 130 LITROS: confeccionada em plástico resistente, atóxico e de fácil higienização, com capacidade aproximada de 130 litros. Deverá possuir tampa	UN	20		

33	com sistema de travamento, proporcionando fechamento seguro e proteção dos materiais armazenados. Corpo em material transparente ou translúcido, permitindo visualizar o conteúdo. Estrutura firme, resistente, com acabamento adequado, sem rebarbas, rachaduras ou deformações. Produto novo, de primeira qualidade e adequado para armazenamento e organização de materiais.				
34	CAIXA ORGANIZADORA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 E MÁXIMA DE 50 LITROS confeccionada em plástico resistente, atóxico e de fácil higienização, com capacidade mínima de 40 e máxima de 50 litros. Deverá possuir tampa com sistema de travamento, proporcionando fechamento seguro e proteção dos materiais armazenados. Corpo em material transparente ou translúcido, permitindo visualizar o conteúdo. Estrutura firme e resistente, com acabamento adequado, sem rebarbas, rachaduras ou deformações. Produto novo, de primeira qualidade e adequado para armazenamento e organização de materiais.	UN	40		
35	CHALEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL, capacidade entre 1,5 e 2 litros, para uso em fogão, com alça e tampa, resistente a altas temperaturas, de fácil limpeza, com acabamento em aço inoxidável, adequada para aquecimento de água. Produto novo, de boa qualidade e durabilidade.	UN	12		
36	FRIGIDEIRA EM ALUMÍNIO, DE USO PROFISSIONAL/INSTITUCIONAL, com capacidade aproximada de 2 litros, diâmetro mínimo de 26 cm, confeccionada em alumínio de boa resistência, com espessura mínima de 2,0 mm, revestimento interno antiaderente de boa qualidade, resistente ao uso frequente e de fácil higienização. Cabo resistente, firmemente fixado, com material que proporcione segurança e	UN	09		

	conforto no manuseio. Fundo estável e adequado para uso em fogão elétrico, ga´s, indução e vidrocerâmico , proporcionando boa distribuição do calor. Produto novo, sem uso, de primeira qualidade, resistente e durável, adequado para uso intenso em cozinha institucional. Deverá atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis.				
37	PRATO FUNDO EM VIDRO, com diâmetro aproximado de 21 a 23 cm, capacidade mínima aproximada de 500 ml, confeccionado em vidro resistente, de boa qualidade, próprio para uso frequente em cozinha institucional. Deverá possuir formato adequado para servir alimentos com caldos e molhos, superfície lisa, não porosa, de fácil higienização e resistente a lavagens frequentes. Produto novo, sem uso, de primeira qualidade, livre de trincas, rachaduras ou imperfeições, adequado para uso em serviços de alimentação coletiva. Deverá atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis.	UN	60		
38	JOGO DE POTES PORTA-MANTIMENTOS, composto por 05 (cinco) potes com respectivas tampas, confeccionados em plástico transparente, atóxico e livre de BPA, próprios para armazenamento de alimentos. Os recipientes deverão possuir tampas com fechamento adequado, proporcionando proteção e conservação dos alimentos, além de facilitar a identificação do conteúdo. Deverão ser de fácil higienização e adequados para uso em cozinha institucional. O conjunto deverá ser composto, preferencialmente, por potes com as seguintes capacidades aproximadas: 01 pote de 6,6 litros; 01 pote de 3,5 litros; 02 potes de 1,9 litros e 01 pote de 900 ml. Material resistente ao uso frequente, com acabamento adequado, sem rebarbas, rachaduras ou imperfeições. Os potes deverão	UN	10		

	ser próprios para contato com alimentos e suportar as condições normais de uso e higienização. Produto novo, sem uso e de primeira qualidade.				
39	BANDEJA/TRAVESSA OVAL PARA SERVIR, confeccionada em aço inoxidável, de alta resistência e durabilidade, com acabamento liso e adequado para contato com alimentos. Formato oval, tamanho aproximado de 40 a 45 cm de comprimento e 25 a 30 cm de largura, com bordas levemente elevadas, adequada para servir bolachas, biscoitos, salgados e demais alimentos em eventos. Deverá possuir superfície lisa, não porosa, de fácil higienização e resistente ao uso frequente. Produto novo, sem uso, de primeira qualidade, sem rebarbas, amassados ou imperfeições.	UN	20		
40	GARRAFA TÉRMICA 8 LITROS - garrafa térmica tipo botijão, de cor azul, capacidade 8 litros, com torneirinha, tampa larga de rosca superior	UN	17		
41	REFRIGERADOR VERTICAL: para hortifruti com porta de vidro, capacidade de 406L, prateleiras ajustáveis e sistema Frost Free. 220V. Selo do Inmetro e garantia mínima de 12 meses.	UN	05		
42	FORNO TURBO A GÁS, 10 ESTEIRAS. Estrutura em acabamento em aço carbono com pintura epóxi; Câmara interna com acabamento em pintura de alta temperatura resistente a oxidação e para esteiras de 58cm x 70cm; Dimensões internas aproximadas de 68cm x 77cm x 104cm (L x P x A); Isolamento térmico em lã de rocha. Com painel de comando bivolt, painel com tecla geral, turbina, vapor, lâmpada e temporizador; Consumo de gás máximo de 1,6kg/h (GLP). Iluminação interna com proteção de vidro resistente a altas temperaturas e choques	UN	03		

	térmicos; Porta com visor em vidro temperado; Rodízios que facilitam o deslocamento; Garantia de 6 meses.				
43	ASSADEIRA LISA 58 cm x 70 cm x 3,5 cm de alumínio com espessura mínima de 0,6mm para uso em forno turbo.	UN	30		
44	FORNO ELÉTRICO 60 LT Com capacidade mínima de 60 litros, com dourador, grill, timer de 120 minutos, isolamento térmico, bandeja e grade removíveis, controle de temperatura automático entre 0º C a 300º C, potência 1750w, 1 ano de garantia.	UN	04		
45	GARRAFA TÉRMICA PARA LÍQUIDOS quentes, corpo interno em inox, ampola interna para conservação do líquido em vidro térmico, bico anti pingo, capacidade de 1800 ml a 02 litros, corpo externo em plástico, características adicionais: com alça.	UNI	38		
46	POTE ORGANIZADOR DE ALIMENTOS, COM CAPACIDADE DE 5,5 LT, com design transparente, com tampa. Produto livre de bisfenol-a (BPA). Cor: Incolor, Material: Plástico resistente, Dimensão (da unidade) 30,5 x 24 x 11,7 cm .	UN	20		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da Ata de Registro de Preços em anexo;

2 - Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;

3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os encargos, principalmente os impostos e ou descontos ou vantagens, e frete para a entrega dos materiais.

4 – Indicação do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços;

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Local e Data. _____

Nome, Assinatura e Carimbo da Empresa.

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LGPD

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII DA CF

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO XI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO DE PESSOAL DA EMPRESA LICITANTE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

_____, pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº_____, inscrição estadual/ Municipal sob o nº_____, com sede na_____, Bairro_____, CEP_____, neste ato representado pelo (a) Sr (a) _____, portador(a) do RG nº_____ e CPF nº_____ DECLARA que:

a. Não possui administrador ou sócio detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital social que seja funcionário público ou dirigente de órgão ou entidade contratante, ou o responsável pela licitação;

b. Não possuir como proprietário ou sócio, pessoa que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha direta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de funcionários públicos ou dirigentes de órgão ou entidade contratante, ou responsável pela licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa